



79
20

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Grupo de Câmara de Direito Público

Embargos Infringentes nº 0167584-9/01 (N.P.U. 0019531-15.2009.8.17.0000)

Embargante: Estado de Pernambuco

Embargado: Alexandre Gonçalves da Luz

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: Direito Administrativo e Previdenciário. Embargos Infringentes. Servidor Público Militar da Reserva Remunerada. Restabelecimento do pagamento da Gratificação de Incentivo à Produtividade. Lei Complementar nº 16/96. Requisitos não atendidos. Os proventos da inatividade regulam-se pela lei vigente ao tempo em que reunidos os requisitos para sua concessão. Voto divergente em consonância com a jurisprudência pacífica do STF. Decisão Unânime.

1. A gratificação em comento foi percebida pelo embargado, Policial Militar reformado, durante o período em que esteve à disposição deste Tribunal de Justiça, de 15/07/1992 a 09/02/1999, em decorrência das previsões contidas nas Leis nºs 9.726/85, 10.424/90 e 10.426/90.
2. A Lei nº. 10.426/90 previa, em seu artigo 115, a estabilidade financeira aos militares que percebessem gratificação ou comissão, a qualquer título, por cinco anos ininterruptos ou sete alternados.
3. A Lei Complementar nº. 16/96 extinguiu a supracitada estabilidade financeira, restando sua aplicabilidade suspensa nos 180 (cento e oitenta) dias seguintes a sua entrada em vigor, para garantir seu alcance aos servidores que estivessem na iminência de completar os períodos exigidos para a incorporação.
4. O militar percebeu a Gratificação de Incentivo à Produtividade no período compreendido entre julho de 1992 a fevereiro de 1999, ou seja, em 1996, quando da extinção do instituto, ainda não possuía 5 (cinco) anos ininterruptos ou 07 (sete) intercalados de percepção da referida gratificação, passando à inatividade quando já não havia mais direito à estabilidade financeira.
5. Do mesmo modo, os 24 (vinte e quatro) meses anteriores à edição da Lei Complementar nº 16/96 não foram imediatamente anteriores à data do pedido de

GAIR

80
70


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

- aposentadoria, pois, pelo que consta dos autos, naquele ano, o embargado não tinha tempo de serviço suficiente à aposentação com proventos integrais.
6. Os requisitos do direito à aposentadoria devem ser aferidos no momento em que o servidor reúne os requisitos necessários para tanto, a teor da Súmula nº. 359 do STF.
 7. Resta evidente, portanto, que Alexandre Gonçalves da Luz não faz jus à gratificação perseguida, pois só passou para inatividade após a extinção do instituto pela Lei Complementar em tela.
 8. Embargos Infringentes providos, no sentido de reformar o acórdão proferido na apelação 0167584-9, restabelecendo os termos da sentença *a quo*.
 9. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos Infringentes nº 0167584-9/01, em que são partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **DAR PROVIMENTO** aos Embargos Infringentes, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 09 de abril de 2013.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Grupo de Câmara de Direito Público

Embargos Infringentes nº 0167584-9/01 (N.P.U. 0019531-15.2009.8.17.0000)

Embargante: Estado de Pernambuco

Embargado: Alexandre Gonçalves da Luz

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Cuida-se de Embargos Infringentes opostos em face de acórdão que, por maioria de votos, deu provimento ao apelo de Alexandre Gonçalves da Luz, ora embargado, para modificar a sentença atacada, reconhecendo o direito do apelante à incorporação do valor correspondente à Gratificação de Incentivo à Produtividade, além das diferenças atrasadas, com correção monetária e juros legais.

Em suas razões, o embargante sustenta que a modificação na forma de cálculo da gratificação em tela não violou a garantia constitucional do direito adquirido, haja vista inexistir direito adquirido a regime jurídico, nos termos de pacífica orientação jurisprudencial do STF e do STJ, além do que, não logrou o demandante comprovar que preencheu os requisitos necessários à incorporação pretendida, exigidos pela Lei 10.426/90.

Em sede de contrarrazões, o embargado pugna pela manutenção do acórdão vergastado em sua integralidade, permitindo a incorporação da Gratificação de Incentivo à Produtividade aos seus proventos.

Cota de não intervenção às fls. 66/70.

É o Relatório.

Ao douto Revisor.

Recife, 26 de fevereiro de 2013.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

81
10

Grupo de Câmara de Direito Público

Embargos Infringentes nº 0167584-9/01 (N.P.U. 0019531-15.2009.8.17.0000)

Embargante: Estado de Pernambuco

Embargado: Alexandre Gonçalves da Luz

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

A questão controversa cinge-se à incorporação da Gratificação de Incentivo à Produtividade, nos termos do artigo 123, da Lei nº 10.426/90.

Com efeito, a gratificação em comento foi percebida pelo embargado, Policial Militar reformado, durante o período em que esteve à disposição deste Tribunal de Justiça, de 15/07/1992 a 09/02/1999, em decorrência das previsões contidas nas Leis nºs 9.726/85, 10.424/90 e 10.426/90.

De fato, a Lei nº. 10.426/90 previa, em seu artigo 115, a estabilidade financeira aos militares que percebessem gratificação ou comissão, a qualquer título, por cinco anos ininterruptos ou sete alternados:

Art. 115. Fica assegurada ao militar do Estado a estabilidade financeira, quanto a gratificação ou comissão percebida a qualquer título por mais de cinco anos ininterruptos ou sete intercalados, facultada a opção de incorporar a de maior tempo exercido, ou a última de valor superior, quando esta for atribuída por prazo não inferior a doze meses, vedada a sua acumulação ou qualquer outra de igual finalidade.

Outrossim, garantiu a estabilidade aos servidores militares que tivessem percebido gratificação por mais de 24 meses consecutivos na data da sua aposentadoria:

Art. 123. Fica assegurada ao servidor militar, a incorporação aos proventos do valor das gratificações de qualquer natureza a que o mesmo estiver percebendo há mais de vinte e quatro meses consecutivos, na data do pedido de aposentadoria.

Erik

82
70

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

A Lei Complementar nº. 16/96 extinguiu a supracitada estabilidade financeira, restando sua aplicabilidade suspensa nos 180 (cento e oitenta) dias seguintes a sua entrada em vigor, para garantir seu alcance aos servidores que estivessem na iminência de completar os períodos exigidos para a incorporação.

Com efeito, os artigos 9º e 10º da supracitada Lei Complementar Estadual restringiram a concessão de qualquer gratificação, a título de estabilidade financeira, aos servidores públicos militares que já tivessem preenchido alguns requisitos:

Art. 9º - Até o dia 28 de fevereiro de 1996, fica assegurado ao servidor o direito a incorporação aos proventos do valor de gratificação de qualquer natureza que o mesmo estiver percebendo há mais de vinte e quatro meses consecutivos, imediatamente anteriores à data do pedido de aposentadoria.

Art. 10 - Não se aplicará o disposto na presente Lei ao instituto da estabilidade financeira nos 180 (cento e oitenta) dias seguintes a sua entrada em vigor.

Como se vê, a incorporação da gratificação pleiteada só foi assegurada ao servidor que pleiteou até o dia 28 de fevereiro de 1996, desde que preenchido o requisito temporal de 24 meses consecutivos no exercício da função, imediatamente anteriores à data do pedido de aposentadoria.

No presente caso, como já foi dito, o militar percebeu a Gratificação de Incentivo à Produtividade no período compreendido entre julho de 1992 a fevereiro de 1999, ou seja, em 1996, quando da extinção do instituto, ainda não possuía 5 (cinco) anos ininterruptos ou 07 (sete) intercalados de percepção da referida gratificação, passando à inatividade quando já não havia mais direito à estabilidade financeira.

Do mesmo modo, os 24 (vinte e quatro) meses anteriores à edição da Lei Complementar nº 16/96, que extinguiu a estabilidade financeira, não foram imediatamente anteriores à data do pedido de aposentadoria, pois, pelo que consta dos autos, naquele ano, o embargado não tinha tempo de serviço suficiente à aposentação com proventos integrais.

Assim, tendo o embargado se aposentado em fevereiro de 1999, quando a estabilidade financeira já havia sido extinta, não faz ele, pois, *jus* a tal benesse.



83
AP

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Como é cediço, os requisitos do direito à aposentadoria devem ser aferidos no momento em que o servidor reúne os requisitos necessários para tanto, a teor da Súmula nº. 359 do STF, *in verbis*:

“Ressalvada a revisão prevista em lei, os proventos da inatividade regulam-se pela lei vigente ao tempo em que o militar, ou o servidor civil, reuniu os requisitos necessários”.

Segundo a orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, para fins de aposentadoria, são aplicáveis as normas vigentes quando do implemento dos requisitos para a sua aquisição (princípio do *tempus regit actum*), não havendo direito adquirido a regime jurídico de aposentadoria:

EMENTA: Agravo regimental no agravo de instrumento. Decisão que nega provimento ao agravo, por estar a decisão atacada em conformidade com o verbete da Súmula nº 359 desta Suprema Corte. 1. A rejeição ao agravo de instrumento ocorreu porque tal recurso se voltava a atacar acórdão proferido em conformidade com matéria já sumulada no Supremo Tribunal Federal. 2. É pacífica a jurisprudência desta Suprema Corte no sentido de que os proventos da inatividade se regulam pela lei vigente ao tempo em que reunidos os requisitos para sua concessão. 3. Agravo regimental não provido. AI 576866 AgR / CE – CEARÁ. Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI. Julgamento: 02/08/2011. (grifei)

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA REGULADA PELA EC 41/03. SÚMULA 359 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I - Os proventos regulam-se pela lei vigente ao tempo em que o servidor reuniu os requisitos da inatividade, ainda quando só requerida na vigência da lei posterior menos favorável. Súmula 359 do STF. II - Agravo regimental improvido. RE 548189

Grifei



34
70

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

AgR / SC - SANTA CATARINA. Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI. Julgamento: 09/11/2010. (grifei)

Vejamos ainda, o seguinte precedente desta egrégia Corte de Justiça:

ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO. FUNGIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO COMO RECURSO DE AGRAVO. MILITARES. DIREITO ADQUIRIDO À GRATIFICAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO. INOCORRÊNCIA. ESTABILIDADE FINANCEIRA. REQUISITOS AUSENTES. OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NA LCE Nº 32/01. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1 - A estabilidade financeira foi extinta pela Lei Complr estadual nº 16/96, em vigor a partir de 08 janeiro de 1996, que, além de alterar o conteúdo de artigos da Lei estadual nº 6.123/68, cuidou expressamente, no art. 13, de revogar todos os diplomas legais disciplinadores do instituto aplicáveis a servidores civis e militares, assegurando-a, no entanto, mediante disposição transitória insculpida em seu art. 10, aos servidores que, nos 180 dias seguintes à sua entrada em vigor, viessem a preencher os requisitos respectivos, do que se infere que, a partir de julho de 1996, aqueles que ainda não houvessem suprido aludidas condições não fariam jus ao reconhecimento do direito à continuidade de sua percepção. 2 - Da análise dos documentos carreados aos autos (fls.09/79) com a inicial, constata-se sem esforço que nenhum dos autores atendeu aos requisitos da lei, pois, em julho de 1996, não perfaziam os cinco anos ininterruptos ou sete intercalados de percepção da Gratificação de Serviço Extraordinário, não satisfazendo, pois, os requisitos previstos em lei para a incorporação da vantagem aos seus vencimentos a título de estabilidade financeira. Ademais, sequer pode ser aplicada a regra que permite a incorporação, considerando a percepção nos 24 meses que antecedem a aposentadoria, pois não passaram para inatividade antes da extinção do instituto pela Lei Complementar em tela. 3- Por outro lado, deve-se levar em

GRK

85
AP

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

conta as modificações implementadas pela LCE nº 32/01, que modificou a forma de composição salarial dos servidores militares ativos e inativos, de maneira que as gratificações, adicionais e outros acréscimos pecuniários percebidos pelos mesmos deixaram de ser calculadas na forma de percentual incidente sobre o soldo e passaram a constituir parcelas autônomas com valor nominal fixo e desvinculado. 4- Recurso de Agravo improvido. 5- Decisão unânime. AGR 2405758 PE. Relator(a): José Ivo de Paula Guimarães. Julgamento: 09/06/2011.

Resta evidente, portanto, que o embargado não faz jus à gratificação perseguida, pois só passou para inatividade após a extinção do instituto pela Lei Complementar em tela.

Como consequência da minha fundamentação, voto pelo provimento dos presentes embargos infringentes, no sentido de reformar o acórdão proferido na apelação 0167584-9, restabelecendo os termos da sentença *a quo*.

É como voto.

Recife, 09 de abril de 2013.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

17

Grupo de Câmaras de Direito Público
Embargos Infringentes nº 167584-9/01
Embargante (s): Estado de Pernambuco
Embargado (a/s): Alexandre Gonçalves da Luz
Relator: Des. Erik de Souza Dantas Simões
Revisor: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO DE REVISÃO:

Analizados os autos e diante da jurisprudência desse Egrégio Tribunal de Justiça e do STF, **acompanho o voto do eminente relator** no sentido de **DAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS INFRINGENTES**, fazendo prevalecer o teor do voto vencido proferido pelo Des. Francisco Bandeira de Mello no julgamento do apelo (fls. 105/106 – autos principais).

É como voto.

Recife, 09 de Abril de 2013

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Revisor